

“ESPAÇOS DA DEMOCRACIA: PARA UMA AGENDA DA GEOGRAFIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA”

Idair Augusto Zinke

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR/Campus de Curitiba/PR.

Email: idair_augusto.zinke@hotmail.com

Resenha de: Castro, Iná Elias; Rodrigues, Juliana Nunes; Ribeiro, Rafael Winter (orgs). **Espaços da democracia:** para uma agenda da geografia política contemporânea. 1º ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Faperj, 2013.

O livro “Espaços da democracia” é um dos mais recentes trabalhos publicados pelo GEOPPOL – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política e Território, vinculado ao programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, com organização dos pesquisadores Iná Elias de Castro – UFRJ, Juliana Nunes Rodrigues – UFF e Rafael Winter Ribeiro – UFRJ, dos quais a temática democracia e geografia faz-se presente em muitas de suas abordagens.

A obra se configura como um conjunto de doze artigos divididos em quatro partes norteadoras – Territorialidade da democracia, Morar e votar, Democracia além do voto e Espaço e ação, que discutem a democracia no âmbito da ciência geográfica e em especial na categoria território – com intuito de discutir a visibilidade espacial dos fenômenos democráticos e participativos recentes.

Desde o processo de redemocratização do Brasil, marcada pela Constituição Federal de 1988, tem-se aumentado muito estudos referentes à democracia nas ciências humanas. A Geografia, mais tardar, se insere nesse processo como forma de análise de fenômenos territoriais e, nas palavras dos organizadores (2013, p.13) “conflitos, disputas, acordos que animam a vida política em geral e o ambiente democrático em particular adquirem sua melhor expressão e visibilidade no espaço, assim territorialidade da política é inegável”.

Neste aspecto a democracia possui o intuito de proteger o cidadão do poder excessivo dos governos centrais e propõe a descentralização da participação, fortalecendo assim a escala regional e, principalmente, a local. Assim, elementos da democracia representativa e participativa com referência a essas escalas constituem grande parte da obra.

A primeira parte do livro “Territorialidade da democracia”, composta por quatro artigos apresenta a democracia na lógica do território enquanto escala político-administrativa e da lei. Em primeiro momento se discute a democracia como um problema para a Geografia, Castro (2013, p.25) afirma que “apesar da natureza espacial da democracia, a reflexão ou mesmo a curiosidade sobre ela como teoria e como realidade empírica é estranhamente débil a geografia”.

Apesar disso a democracia é uma forma de governo e envolve diretamente sociedade e território, tendo suas dimensões geográficas expressas em questões como população, extensão, distância, acessibilidade, infraestrutura e estrutura social. A expansão da democracia pelo mundo é um desafio à ciência geográfica na compreensão da territorialidade dos fenômenos políticos, em sua perspectiva mais crítica essa análise é essencial para entender os conteúdos dos territórios em suas muitas particularidades (CASTRO, 2013).

Seguindo a discussão, Magdaleno (2013) aborda a questão da lei em democracias político-representativas. Nesse sentido a lei é compreendida como um conjunto de regras e normas reconhecidas como obrigatórias aos membros de determinado Estado, gerando impactos na sociedade e no território. Assim, dentro do contexto democrático, a criação de uma lei não pode pretender-se como um processo marcado pela neutralidade, caracterizando-se como um componente de vida social e, em suma, um resumo do poder.

Assim, citando Trumbek (1984, p.509) o autor (2013, p.69) afirma que “a partir de uma representação territorial que a lei pode e deve estabelecer, os atores vão proceder à repartição do espaço e organizar os campos operatórios de suas ações”. Com isso, as ações criam territórios e são concomitantemente afetados.

Em seguida, participação e cooperação nas escalas locais é tema discutido por Rodrigues (2013), onde apresenta-se o modelo Brasileiro e o modelo Frances como comparativos. Em suas palavras (p. 89) “se o território se torna referência para se pensar problemas e soluções locais, cabe à Geografia revelar como, em sociedades distintas, a participação e a cooperação podem ser vislumbradas.” Esse processo se caracteriza como a valorização da governança e da ampliação das instancias e instituições de participação, como é o caso dos Conselhos municipais no Brasil, que fortalecem a democracia participativa.

É nesse sentido que a escala local assume papel fundamental na participação e cooperação em ambos os modelos apresentados pela autora, no caso Frances a comuna se torna, após a Revolução, o lugar da difusão dos símbolos e valores da República e também mecanismos de exercício da democracia local. No caso Brasileiro é somente após a redemocratização do Estado que o pacto federativo estabelecido pela Constituição se liga a

cooperação entre as escalas de poder e, o município, assume papel importante na democracia participativa, fortalecendo a democracia e a cidadania como um todo em território nacional a partir da ‘integração’ entre os entes federativos (RODRIGUES, 2013).

Encerrando a primeira parte do livro, Azevedo (2013) traz ao debate a criação de novos municípios e estados em território nacional e a forma como esse processo corrobora para o fortalecimento da democracia. Segundo o autor é importante destacar que a divisão territorial também pode ser uma prática utilizada para o aprimoramento da sociedade nos processos decisórios, por meio de dois vieses (a) o próprio processo necessário para alcançar a divisão territorial (b) a criação de um novo espaço político capaz de atender às demandas da população e favorecer a cidadania e a democracia, possibilitando espaços de participação como os Conselhos municipais.

Para Azevedo (2013) o próprio processo de divisão é uma prática democrática devido ao plebiscito, caracterizado como um instrumento da democracia Brasileira, onde a população é convidada a participar de um processo decisório. Rebate ainda a abordagem do plebiscito como “farsa na democracia”, ou seja, a concepção deste servir as elites político-econômicas. Segundo ele, essa crítica não se estabelece somente a este mecanismo de participação, mas a todo o sistema democrático. Encerrando, afirma que a divisão do território em novas unidades político-administrativas aproxima o cidadão da política e, por consequência, colabora para maior participação.

A segunda parte do livro, intitulada “Morar e votar”, é composta por dois artigos onde se tem como objetivo discutir a geografia eleitoral no âmbito das estratégias territoriais da Igreja Universal do Reino de Deus e dos grupos criminosos na cidade do Rio de Janeiro. A abordagem destes dois artigos traz à tona “pontos fracos” da democracia, onde instituições e grupos de poder utilizam-se de estratégias para chegarem ao poder e terem maior controle político do território.

Braga apresenta as estratégias territoriais da Igreja Universal Reino de Deus aborda o efeito vizinhança, elemento importante que se faz presente nos dois artigos. Segundo o autor (2013, p.158) “a vizinhança é um espaço das relações e contatos sociais, sendo um ambiente dentro do qual os eleitores formam opiniões a respeito de como votar”.

Em relação à Igreja Universal do Reino de Deus, o autor faz uma relação entre a localização dos templos e a eleição de representantes ligados diretamente a estas. Após sua análise espacial sobre o fenômeno eleitoral, conclui que os dados indicam que, de fato, a distribuição dos votos retrata com bastante fidelidade a distribuição espacial dos templos da Igreja Universal Reino de Deus pelo município do Rio de Janeiro.

Para a discussão dos grupos criminosos, Ventura e Juwer (2013) realizaram uma análise espacial em torno da concentração de votos para candidatos ligados a organizações criminosas, tomando como referência as eleições de 2000, 2004 e 2008 no município do Rio de Janeiro. O mapeamento desta concentração de votos por bairros possibilitou compreender e relacionar que o comportamento eleitoral tem influência destes grupos criminosos.

Os autores (2013, p.203) afirmam que “o controle territorial de grupos criminosos armados na cidade do Rio de Janeiro estaria possibilitando uma concentração de votos a candidatos com ligações a estas organizações”. O território na perspectiva destas organizações se apresenta como estratégia de manutenção de poder e maior controle sobre os indivíduos. No sistema democrático Brasileiro, como bem coloca o autor acima, este fenômeno se apresenta como uma cicatriz e um empecilho para transformação do *status quo*.

“Democracia além do voto” se apresenta como a terceira parte da obra, com um conjunto de três artigos discute a forma pela qual os movimentos de representação, os espaços públicos e o patrimônio se ligam para uma democracia exercida além do ato de votar. O primeiro artigo discute o movimento socioambiental em virtude da conservação da natureza e sua relação com as políticas voltadas a esta área.

De acordo com Marques (2013, p.2017) “a abordagem do meio ambiente na Constituição Federal, bem como em políticas próprias a esta temática, tomou maior dimensão a partir da década de 1980.” Mais especificamente, a Constituição Federal de 1988, torna possível a participação do povo Brasileiro nas tomadas de decisões e interferência sobre as temáticas em debate.

Todavia, as questões políticas tomadas em relação à conservação do meio ambiente se fez também muito pela exigência de grupos frente ao governo. No caso do movimento socioambiental, abordado no artigo, as reivindicações dos seringueiros e dos povos indígenas da Amazônia se caracterizam por uma etapa crucial para a definição destas políticas (MARQUES, 2013).

Na discussão em torno de patrimônio, realizada por Ribeiro (2013), a categoria paisagem aparece como instrumento importante para a formação de políticas públicas voltadas a preservação cultural. Nos primeiros momentos do texto, o autor discute patrimônio e cidadania. A categoria paisagem aparece como forma de análise espacial e melhor planejamento de políticas públicas, bem como forma de exercício da democracia e cidadania. Para Ribeiro (2013, p.257) “o momento atual, quando essas políticas estão

nascendo e se consolidando a partir da prática, pode selar o futuro da paisagem como instrumento de conhecimento e gestão do patrimônio”.

No terceiro artigo, Maciel e Barbosa (2013) abordam espaço público e imagens simbólicas no âmbito da democracia, tendo como estudo de caso a cidade do Recife. De acordo com os autores (p.262) “os espaços públicos, por meio das narrativas e das imagens que lhes estão ligados, traduzem práticas e concepções diversas, muitas vezes conflitivas.”

Assim, enquanto palco de conflitos legítimos num enquadramento democrático, o conceito de espaço público recoloca o problema das derivas de identidade como algo inerente ao livre funcionamento das forças sociais, desde que pensamos a política em seu lugar espacial e social. Os espaços públicos fazem parte da política urbana e devem ser abordados enquanto terrenos cognitivos de tensão e debate onde se desenrola uma retórica fundamental e necessária a coexistência social na construção da democracia em um país desigual como o Brasil, sem que para isso o espaço público seja transformado numa praça de guerra (MACIEL & BARBOSA, 2013).

Tomando a abordagem dos autores para os fenômenos políticos recentes, percebemos os espaços públicos como palco de conflitos sangrentos entre governantes e governados. Praças, escolas entre outros espaços públicos apresentam-se como espaços de manifestações da sociedade, caracterizando-os como efetivos espaços da democracia e de suas reivindicações.

Por fim, “Espaço e ação” divide-se em dois artigos e compõem a última parte do livro. O primeiro discute o complexo portuário do Açu na região norte do Rio de Janeiro, tendo como foco a ação dos poderes na perspectiva do desenvolvimento e sua relação com a população diretamente afetada com sua implementação. Para Rodrigues e Lemos (2013, p.313) “a ação do Estado, tanto na escala estadual quanto na municipal, se direciona para a criação de um ambiente favorável ao empreendimento por meio do suporte institucional dado por agências públicas e criação de leis para seu avanço”.

As populações locais e regionais, modeladas pelo discurso de desenvolvimento e modernização destes poderes vêm mudanças em suas formas de sobrevivência, no caso do complexo portuário discutido no artigo ainda há questões indefinidas, como o processo de desapropriações que o empreendimento vem gerando. Ações do Estado e do poder econômico geram impactos na organização do território e sua dinâmica. O que os autores quiseram chamar atenção dentro dessa discussão é a garantia dos direitos e da cidadania, muitas vezes deixados ao lado pelo Estado em prol de investimentos com o discurso de modernização e desenvolvimento destes territórios.

Por fim, o último artigo traz ao debate as bases territoriais das instituições, tendo como análise a região Nordeste do Brasil. A autora discute os municípios como essa base institucional e toma como análise o processo de descentralização político-administrativa no Brasil pós-1988, com especial atenção aos municípios incorporados a malha da região Nordeste, analisando se este processo acarretou em maior densidade de instituições no território nordestino.

Segundo O'Neill (2013, p.339) “esse processo federativo gera recursos a gestão, associativismo, coordenação de políticas públicas, garantia de direitos institucionais e o acesso a equipamentos públicos, tornando-os bases territoriais institucionalizadas”. A análise em torno da região Nordeste demonstrou fortalecimento de apenas parte dos municípios, como algo que não atinge a todos, indicando que nesta região as condições institucionais são heterogêneas, o que no caso de governos precários pode criar novas tensões para antigos problemas.

Para finalizar, “Espaços da democracia” se apresenta como uma importante leitura para quem pretende engajar-se nesse grande tema que é a democracia. Como bem disseram os organizadores, democracia e geografia possuem um encontro marcado neste livro, que reúne um conjunto de abordagens e perspectivas em torno da democracia e sua intrínseca relação com o espaço, caracterizando a obra como uma verdadeira agenda da geografia política contemporânea, em especial, a brasileira, onde as desigualdades regionais e os grupos de poder político-econômico apresentam-se como elementos territoriais que influem diretamente no voto, na participação, na elaboração de Leis e políticas públicas espaciais.